

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Abril 26

-----Verificada a existência de “quórum” foi declarada aberta a reunião, pelas dez horas. -----

-----DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 29 DE MARÇO DE DOIS MIL E DEZ (ACTA 08).-----

----- A acta da reunião ordinária realizada no dia 29 de Março de 2010, depois de lida foi posta à votação e aprovada por unanimidade.-----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- O Presidente da Câmara propôs, nos termos e para os fins do disposto no art. 83.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que fossem incluídos para discussão os seguintes pontos: -----

----- IV – DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ACÇÃO SOCIAL E FAMÍLIA -----

----- 6. Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Históricos – Assembleia Geral. --

----- 7. Bolsas de estudo 2010 – rectificação. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a alteração à Ordem do Dia nos termos propostos pelo Presidente da Câmara. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **PROPOSTAS** -----

----- **INFORMAÇÕES** -----

----- **DO PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- **Primeira** – O Presidente da Câmara deu conhecimento de que na passada sexta-feira, dia 22 de Abril, e na sequência de um desafio da Câmara Municipal aos CTT, entrou em circulação um selo em homenagem a Fernão Mendes Pinto. -----

----- Esta iniciativa visa assinalar o 5º centenário do nascimento de Fernão Mendes Pinto e integra-se no plano de emissões filatélicas “Vultos da História e da Cultura”. -----

----- No dia 8 de Julho, no âmbito da exposição filatélica “A Escrita”, organizada pela Secção Filatélica da Associação Académica de Coimbra e pela Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, e com o apoio dos CTT – Correios de Portugal, o selo é apresentado, na Galeria Municipal de Montemor-o-Velho, e é também lançado o carimbo comemorativo que vai ser apostado em toda a correspondência apresentada no local. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Segunda** – Informou ainda que, na sequência da decisão do Governo de conceder tolerância de ponto aos funcionários públicos, aquando da visita a Portugal de Sua Santidade o Papa Bento XVI, proferiu um despacho no qual concede igualmente tolerância de ponto a todos os trabalhadores da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, no dia 13 de Maio do corrente ano. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Abril 26

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **DO VEREADOR EMÍLIO TORRÃO** -----

----- **Primeira** – O Vereador Emílio Torrão informou que se estão a realizar obras de saneamento em todas as freguesias deste concelho, e no caso de Verride em concreto, devia-se proceder ao calçetamento ou a reparação da zona histórica. -----

----- Sabe-se, por erros cometidos no passado, que muito calçetamento se encontra debaixo do alcatrão, pelo menos nas zonas históricas. Esta é uma situação que se deve ter em atenção. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Segunda** – Disse ainda que pretendia sensibilizar novamente para uma questão levantada pelo Presidente da Junta de Freguesia de Verride, da necessidade de diminuição da velocidade dos automobilistas, com a colocação de lombas, mais concretamente em frente à zona dos antigos correios, no acesso à Abrunheira. -----

----- Efectivamente, o Presidente da Junta de Freguesia tem razão, porque com a criação do arranjo urbanístico, existem mais pessoas a frequentar aquela zona, pelo que se torna necessário acautelar esta situação. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Terceira** – Pretendia saber qual é o ponto de situação actual das águas de Verride e a posição que se deve tomar em relação à transferência do sistema de abastecimento existente para o camarário. -----

----- Aqueles que se vão transferir têm a situação resolvida, os que não o puderem fazer, qual é a solução? -----

----- Na verdade, sem a maior parte dos habitantes que aderirem ao sistema municipal, o sistema associativo que lá existe não é rentável, ao verificar-se uma diminuição muito acentuada de utentes. É preciso tomar a posição em relação às isenções, que devem ser para todos os habitantes de Verride, nomeadamente, em relação ao contrato e à ligação. -

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Quarta** – Mais informou que gostaria de chamar também a atenção para uma questão de salubridade que só o faz porque se comprometeu com as pessoas de que falaria sobre este assunto em reunião de Câmara, uma vez que a Vereadora das Obras prontamente tomou conta da situação. -----

----- Sabia que a situação ia ser resolvida em breve, mas foi um alerta que lhe fizeram e ele próprio pode verificar no local, mais concretamente, junto à Escola de Verride, Estrada

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Abril 26

para a Abrunheira, onde há esgotos a correr a céu aberto pela valeta. Não sabe se deve a algum acto de particulares ou a outra razão, mas urge resolver esta situação. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

-----I. DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO -----

-----1-DIVISÃO FINANCEIRA -----

-----SECÇÃO DE CONTABILIDADE -----

----- 1 – RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DA -----

----- EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO -----

----- O Presidente da Câmara informou que dando cumprimento ao disposto na alínea c), do n.º 4.º e do art. 40.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais) foi presente o Relatório de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro, que consta como documento anexo à presente acta sob o número um. -----

----- Usou da palavra o Vereador Emilio Torrão dizendo que os Vereadores do Partido Socialista mantêm a posição assumida aquando da discussão deste assunto na reunião de 29 de Março. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por maioria, com duas abstenções dos Vereadores do Partido Socialista e cinco votos a favor da bancada da Coligação “Montemor, Sempre”, aprovar o Relatório de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

-----SECÇÃO DE PATRIMÓNIO E APROVISIONAMENTO-----

-----SECÇÃO DE FINANÇAS LOCAIS -----

-----TESOURARIA -----

----- 1 - RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA -----

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria, relativo ao dia 23 de Abril do corrente ano, acusando um saldo para o dia seguinte, em Operações Orçamentais, de 847.894,99 € (oitocentos e quarenta e sete mil oitocentos e noventa e quatro euros e noventa e nove centimos) e em Operações de Tesouraria de 359.516,46€ (trezentos e cinquenta e nove mil quinhentos e dezasseis euros e quarenta e seis centimos). -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

-----2 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS -----

-----SECÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL -----

-----SECÇÃO DE APOIO AOS ORGÃOS-----

-----SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS-----

-----II – DEPARTAMENTO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Abril 26

1 - INFORMAÇÃO A QUE SE REFEREM OS ART.S 65º E 69.º DA-----

LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO -----

DADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO. -----

----- Foi presente uma informação, referente ao artigo 65º e 69º da Lei número 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção da Lei número 5-A/2002, de 11 de Janeiro, no tocante às decisões tomadas no âmbito deste Departamento, no período compreendido entre o dia 12 e o dia 23 de Abril do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número dois).-

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

2 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DE PORMENOR RELATIVO AO -----

PEDIDO DE COMUNICAÇÃO PRÉVIA PARA CONSTRUÇÃO DE --

MORADIA UNIFAMILIAR, ANEXOS E MUROS DE VEDAÇÃO, ----

REQUERIDO POR ANTÓNIO FERREIRA DA SILVA, SITA NO -----

LOTE D2 DA RUA DAS FLORES, FREGUESIA DE SANTO VARÃO,---

DESTE CONCELHO -----

----- Foi presente o processo em epigrafe, acompanhado da informação DOT nº 37-JC/2010, de 25 de Março, indicando que a área de construção proposta para a habitação é inferior à permitida no alvará de loteamento, e que tal desconformidade traduz-me numa variação de áreas que não excede os 3%.-----

----- Considerando que variação de áreas não ultrapassa o limite dos 3% previsto no nº 8 do artº 27º do Dec-Lei 555/99, de 16 de Dezembro, na sua actual redacção, pode tal alteração ser aprovada por simples deliberação da Câmara Municipal, com dispensa de quaisquer outras formalidades. -----

----- Usou da palavra a Vereadora Elisabete Rama dizendo que, dos documentos que foram distribuídos, não se consegue saber se a área é 3%. Pretendia saber qual é a área em concreto. -----

----- Usou da palavra o director de Departamento de Investimentos Municipais dizendo que a área é inferior a 3%. -----

----- Usou da palavra o Vereador Emílio Torrão dizendo que os Vereadores do Partido Socialista votam favoravelmente, de acordo com a informação técnica. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a alteração de pormenor em causa.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

3 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DE PORMENOR RELATIVO AO -----

PEDIDO DE AMPLIAÇÃO DE EDIFÍCIO DESTINADO A CENTRO DE

DIA, REQUERIDO POR CASA DO POVO DE ABRUNHEIRA, SITA---

NO LOTE A, NO LUGAR DE ARNEIRO,-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Abril 26

----- FREGUESIA DE ABRUNHEIRA, DESTE CONCELHO -----

----- Foi presente o processo em epígrafe, acompanhado da informação DOT nº 48-JC/2010, de 15 de Abril, indicando que a área de construção proposta para a edificação de 514,10 m², é inferior à permitida no alvará de loteamento (530 m²), e que tal desconformidade traduz-me numa variação de áreas que não excede os 3%. -----

----- Considerando que variação de áreas não ultrapassa o limite dos 3% previsto no nº 8 do artº 27º do Dec-Lei 555/99, de 16 de Dezembro, na sua actual redacção, pode tal alteração ser aprovada por simples deliberação da Câmara Municipal, com dispensa de quaisquer outras formalidades. -----

----- Usou da palavra o Vereador Emilio Torrão dizendo que os Vereadores do Partido Socialista votam favoravelmente, de acordo com a informação técnica. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a alteração de pormenor em causa. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- 4 – RELATÓRIO DE VISTORIA PARA EXTRACÇÃO DE INERTES E -----

----- ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL (LAVAGEM E CLASSIFICAÇÃO--

----- DE AGREGADOS), DE LICENCIAMENTO INDUSTRIAL REQUERIDO

----- PELA EMPRESA JANEIRO & FONSECA, SA, NA QUINTA DA -----

----- MALTA, FREGUESIA DA CARAPINHEIRA, DESTE CONCELHO-----

----- - PROCº N.º 108/2009 -----

----- Foi presente o processo em epígrafe, acompanhado da informação DOT nº 77-HA/2010, de 09 de Abril, onde refere que na vistoria efectuada aquele estabelecimento industrial, foi proposto por aquele grupo de trabalho, a apresentação de uma nova calendarização para a respectiva desactivação e deslocalização do estabelecimento em causa. -----

----- Usou da palavra o Vereador Emilio Torrão dizendo que ainda não percebeu se esta empresa foi suspensa de laborar, se está proibida de laborar ou não, se está proibida de fazer extracção e lavagem de inertes, porque efectivamente parece-lhe que está tudo na mesma. -----

----- Entende que o senhor Vereador Abel Girão está a fazer o trabalho que é correcto, mas considera que o prazo de 12 meses para apresentar uma proposta de cronograma, é muito longo, e por isso este deveria ser encurtado. -----

----- Não sabem se esta empresa está a laborar clandestinamente, mas o que acontece é que se verifica que há ocorrências denunciadas pelos confinantes, que nesta perspectiva denunciam indiciariamente que há continuação de laboração. Era esse o esclarecimento

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Abril 26

que os Vereadores do partido Socialista gostariam de ver ali explicitado e consideram que, doze meses, é muito tempo para este para este tipo de trabalhos. -----

----- Usou da palavra o Vereador Abel Girão dizendo que relativamente à calendarização de 12 meses, este foi o prazo estabelecido pela comissão e que se enquadra, de certo modo, do conhecimento em termos reais da possibilidade de deslocalização da empresa.-----

----- Neste momento esta encontra-se a laborar mas necessitam de fazer escavações para retirar os inertes para terem espaço a fim de proceder à alteração da localização. -----

----- Esta questão da deslocalização vai acontecer já na parte final dos 12 meses. Estes 12 meses parecem muito tempo, mas efectivamente só vai funcionar nos últimos 12 meses em termos de exploração, uma vez que não têm espaço, neste momento, para poderem proceder à sua instalação.-----

----- Em relação ao licenciamento a Câmara não autorizou o licenciamento e sempre deu parecer desfavorável. A reunião realizada em Setembro de 2009, foi feita com o intuito de obrigar a estabelecer um prazo final, um "timing", uma vez que o parecer foi desfavorável mas a empresa continua a laborar.-----

----- Usou da palavra o Presidente da Câmara dizendo que já tinha tido oportunidade de falar deste assunto numa reunião anterior, onde manifestou que, dentro deste contexto, se deve tomar uma posição explícita da contrariedade desta circunstância e ao mesmo tempo os responsáveis devem ser confrontados. -----

----- Não tem pejo nenhum em dizer que não ficará contemplativo com esta circunstância. O mesmo se passou na zona da confluência dos terrenos da Quinta de Foja situados entre as freguesias de Gatões e de Montemor-o-Velho. Neste caso concreto a situação já está a ser regularizada e houve também uma "precipitação" por parte de quem, de acordo com as suas competências, licenciou a testagem e compostagem ali colocada. -----

----- Dentro desse teor, considera que, independentemente daquilo que foram as coordenadas técnicas, que a Câmara Municipal tome uma posição de questionar quem tem competência para o presente licenciamento de funcionamento daquela exploração, para salvaguardar, desde já, uma posição indemnizatória pelos danos causados quer ao bem público, quer aos particulares (em moradias que ficam no circuito de transporte dos inertes). -----

----- Em relação a este assunto, solicita ao senhor Director de Departamento de Ordenamento do Território e ao senhor Vereador Abel Girão que, na sequência daquilo que

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Abril 26

pensa que possa ser aprovado pelo executivo, mostrar claramente a indignação e insatisfação e entrar numa posição se serem mais objectivos no pedido de ressarcimento de danos causados, quer nas estradas do município, quer aos particulares. -----

----- Retomou a palavra o Vereador Abel Girão dizendo que existem dois licenciamentos: a extracção de inertes (pedreira), que não é da competência da Câmara Municipal, e a outra questão é o licenciamento das construções que lá existem, nomeadamente a prensa e a estação de lavagem em si. -----

----- Assim, a Câmara Municipal só pode actual em relação ao licenciamento das construções e as obras foram embargadas, pelo que não podem fazer mais construções. Tudo o resto não é da competência da Câmara e por isso é que esta está a funcionar. -----

----- Retomou a palavra o Vereador Emilio Torrão dizendo que a posição dos Vereadores do Partido Socialista, após tomarem conhecimento deste relatório, é de que entendem que o prazo de 12 meses concedido para a primeira fase é demasiado longo. Eram radicalmente contra a continuação de laboração desta extracção de inertes e deve esta Câmara Municipal pugnar para que estas situações não se prolonguem no tempo, com decisões e relatórios que só favorecem a prática destes actos, que nalguns casos são ilícitos, do ponto de vista ambiental e da legislação ambiental. A Câmara Municipal tem que tomar uma posição firme sobre estas situações, tendo em conta os poderes que tem, no âmbito da legislação ambiental de denúncia e de fiscalização destas actividades. -----

----- Usou da palavra o Director de Departamento de Ordenamento do Território dizendo que se deve dar conhecimento ao Ministério da Economia e à ARH – Administração da Região Hidrográfica do Centro. -----

----- A Câmara tomou conhecimento do relatório de vistoria e deliberou por unanimidade dar conhecimento desta situação ao Ministério da Economia e à ARH – Administração da Região Hidrográfica do Centro. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **5 – RELATÓRIO DE VISTORIA DA FISCALIZAÇÃO TÉCNICA PARA ---**
----- **EXTRACÇÃO DE INERTES E ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL -----**
----- **(LAVAGEM E CLASSIFICAÇÃO DE AGREGADOS),-----**
----- **DE LICENCIAMENTO INDUSTRIAL REQUERIDO PELA EMPRESA----**
----- **JANEIRO & FONSECA, SA, NA QUINTA DA MALTA,-----**
----- **FREGUESIA DA CARAPINHEIRA, DESTE CONCELHO-----**
----- **– PROCº N.º 108/2009 -----**

----- Foi presente o processo em epígrafe, acompanhado da informação DOT nº 76-HA/2010, de 09 de Abril, onde refere que na vistoria efectuada aquele estabelecimento

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Abril 26

industrial, a Comissão verificou que requerente não procedeu a qualquer intervenção para a qual tinha sido notificada. -----

----- Refere ainda a necessidade e urgência na realização das acções, num espaço de 15 dias. -----

----- A Câmara tomou conhecimento do relatório de vistoria da fiscalização técnica e deliberou por unanimidade dar conhecimento desta situação ao Ministério da Economia e à ARH – Administração da Região Hidrográfica do Centro. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **6 – PROPOSTA DE RECEPÇÃO PROVISÓRIA DAS OBRAS DE-----**
----- **URBANIZAÇÃO, REQUERIDA POR ANTÓNIO DA COSTA-----**
----- **TABANEZ E OUTROS, SITAS NA RUA DR. JOAQUIM PIMENTA -----**
----- **SIMÕES, FREGUESIA DE ARAZEDE, DESTE CONCELHO,-----**
----- **REFERENTES AO PROCESSO DE LOTEAMENTO N.º 04/2001 -----**

----- Foi presente o processo em epígrafe, acompanhado de um requerimento no qual é solicitado a recepção provisória das obras de urbanização referentes ao processo de loteamento com o alvará nº 02/2008. -----

----- Acompanha o processo a informação DOT nº 76/2010, de 21 de Abril, na qual os peritos pronunciaram-se no sentido favorável da recepção provisória das obras de urbanização. -----

----- Propõem ainda que o pedido deva ser presente em reunião de Câmara, a fim da mesma deliberar sobre a recepção provisória das referidas obras nos termos propostos, conforme o previsto no art.º 87º do Dec-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, na sua actual redacção. -----

----- A caução deve passar a ser de 1.222,01 €, ou seja 10% do valor inicial da caução. -----

----- Usou da palavra o Vereador Emílio Torrão dizendo que os Vereadores do partido Socialista votavam favoravelmente, de acordo com o parecer técnico. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a recepção provisória das obras urbanização referentes ao processo de loteamento com o alvará nº 02/2008, nos termos propostos, bem como aprovar a redução da caução para 1.222,01€. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **7 – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DAS -----**
----- **ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS AO REGIME JURÍDICO DA -----**
----- **URBANIZAÇÃO E DA EDIFICAÇÃO – RJUE -----**

----- O presente ponto foi retirado da Ordem do Dia. -----

----- **1 - DIVISÃO DE PLANEAMENTO TERRITORIAL -----**

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Abril 26

-----2 - DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL -----

-----SECÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA E APOIO AO MUNÍCIPE -----

-----III – DEPARTAMENTO DE INVESTIMENTOS MUNICIPAIS -----

-----1 – DIVISÃO DE EQUIPAMENTOS E EDIFÍCIOS -----

----- 1 – CENTRO NÁUTICO DE MONTEMOR-O-VELHO (CAR):-----

----- FASE E – UP33 CICLOVIA (APENAS ESTRUTURA METÁLICA DAS --
----- PONTES), UP42 (APENAS ESTRUTURA METÁLICA DA PONTE)-----

----- E UP51 (APENAS ESTRUTURA METÁLICA EXTERIOR) -----

----- - ERROS E OMISSÕES -----

----- Foi presente uma informação dos Serviços a informar que tinha sido apresentado pelo líder do consórcio Manuel Rodrigues Gouveia, S.A, + JAOP, S.A uma reclamação sobre erros e omissões da empreitada em epígrafe, os quais já tinham sido apresentados pelo consórcio adjudicatário e detectados na fase de concurso, mas não tinham sido aceites. ----

----- O Gabinete de Estudos e Projectos (GEP), autor do projecto confirma a existência de um erro no artigo 3.1 do mapa de trabalhos, cuja quantidade passa a ser superior em relação à prevista inicialmente no concurso.-----

----- Assim, e ao abrigo do nº 3 do artigo 378º do Código dos Contratos Públicos o dono da obra, é responsável pelos trabalhos de suprimento de erros e omissões que, embora tenham sido identificados na fase de formação do contrato, não foram expressamente aceites. -----

----- Segundo informação do GEP, os trabalhos são essenciais para permitir a execução de uma barreira física de separação entre as várias unidades de armazenamento dos barcos, garantindo maior segurança aos atletas e o acesso diferenciado aos hangares de uso regular, optimizando o funcionamento do Centro Náutico. -----

----- Usou da palavra o Vereador Emilio Torrão dizendo que, consultando os documentos que lhe foram facultados, a empresa Manuel Rodrigues Gouveia, S.A, diz o seguinte: "a listagem de erros e omissões detectados e não considerados pelo dono da obra, que actuando com a diligencia exigível em face das circunstancias não puderam ter sido detectados na fase de formação de contrato", ou seja, a empresa diz que estes erros não foram detectados em fase de formação de contrato, mas, por sua vez, os Serviços dizem que foram detectados na fase de formação de contrato. Assim, uma destas informações está errada.-----

----- Mais disse que entendem que neste caso, são verdadeiros erros e omissões. Continuam com insuficiência de informação, nomeadamente qual o seu peso no montante total de investimento e todo um conjunto de informações, que já pugnaram para que lhes

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Abril 26

fossem facultadas, até porque nestes caso concreto, facilmente votariam favoravelmente este ponto.-----

----- Continuam a não ver satisfeitas as suas reclamações e por isso, os Vereadores do Partido Socialista votam desfavoravelmente.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por maioria, com dois votos contra dos Vereadores do Partido Socialista e cinco a favor da Coligação "Montemor Sempre", o seguinte: -----

----- Um - Abrir procedimento por ajuste directo, nos termos dos artigos 112º a 127º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e fixar o preço base em 14.600,00 €.-----

----- Dois – Que se convide a apresentar proposta o Consórcio MRG - Engenharia e Construção, S.A/JAOP - Sociedade de Empreitadas, S.A que já se encontra a executar a referida empreitada.-----

----- Três - Aprovar esta deliberação em minuta para produzir efeitos imediatos.-----

----- **2 – PROJECTO INTEGRADO DE REGENERAÇÃO URBANA DE** -----

----- **MONTEMOR-O-VELHO: ASCENSOR MECÂNICO** -----

----- **– PERCURSO PEDONAL ASSISTIDO** -----

----- **- RELATÓRIO FINAL** -----

----- Na sequência da audiência prévia efectuada aos concorrentes, o júri do concurso mencionado em epígrafe elaborou o relatório final nos termos do artigo 148º do Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de Janeiro, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número três.-----

----- Usou da palavra o Vereador Emilio Torrão dizendo que, por estarem contra a este projecto, em face do que ali está em causa, os Vereadores do Partido Socialista optam pela abstenção, nada tendo a manifestar contra o acto concretamente praticado pelo Presidente da Câmara.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por maioria com duas abstenções do Partido Socialista e cinco votos a favor da Coligação "Montemor Sempre", o seguinte: -----

----- Um - Ratificar o acto praticado pelo Presidente da Câmara que aprovou o relatório final elaborado pelo júri do concurso mencionado em epígrafe.-----

----- Dois – Que este concurso ficou deserto, devendo os Serviços proceder em conformidade para novo lançamento da obra.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.-----

----- **3 – AMPLIAÇÃO DE REDE BT/IP NA FREGUESIA DE MEÃS**-----

----- A fim de levar a efeito os trabalhos de ampliação da rede de BT/IP em diversos locais da Freguesia de Meãs, foi presente orçamento da EDP, S.A. correspondente às cartas nºs

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Abril 26

701/10, 702/10, 704/10, 706/10, 707/10, 709/10, 712/10 e 713/10 cujo montante global ascende a 6.704,34 € (seis mil setecentos e quatro euros e trinta e quatro cêntimos) – acrescido de IVA à taxa legal em vigor, e foi calculado nos termos do Contrato de Concessão assinado com esta Autarquia.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade autorizar os trabalhos em epígrafe e consequentemente seu pagamento no valor de 6.704,34 € (seis mil setecentos e quatro euros e trinta e quatro cêntimos) – acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.-----

----- 4 – CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DE ARRUAMENTOS NAS -----

----- POVOAÇÕES: FREGUESIAS DE CARAPINHEIRA, MONTEMOR, ---

----- MEÃS, LICEIA, TENTÚGAL E VILA NOVA DA BARCA -----

----- -SITUAÇÃO FINAL DA OBRA -----

----- Foi presente uma informação da Fiscalização relativamente à situação final da empreitada em epígrafe, referindo que a obra se encontrava concluída à excepção do caminho de Charrins na freguesia de Meãs, dado que irá ser construída a rede de saneamento naquela rua antes de ser pavimentada e há também a necessidade de alargamento da mesma. Por outro lado, também não foram executados os trabalhos previstos para o alargamento da plataforma na ex-E.N. 111 ao Km 18,60. -----

----- Assim não foram realizados trabalhos no montante de 27.005,25 € (vinte e sete mil e cinco euros e vinte e cinco cêntimos). -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade tomar conhecimento dos trabalhos a menos no montante de 27.005,25 € (vinte e sete mil e cinco euros e vinte e cinco cêntimos).-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.-----

----- 5 – CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DE ESTRADAS, ARRUAMENTOS

----- E CAMINHOS MUNICIPAIS: FREGUESIAS DE CARAPINHEIRA E ---

----- TENTÚGAL -----

----- ABERTURA DE PROCEDIMENTO -----

----- – ELEMENTOS PARA APROVAÇÃO -----

----- Foi presente uma informação dos Serviços a informar que, se torna necessário levar a efeito a pavimentação de pequenos troços nas freguesias de Carapinheira e Tentúgal.-----

----- O preço base destes trabalhos é de 22.000,00 € com um prazo de execução de 30 dias, pelo que deverão ser aprovadas as peças do procedimento para abertura de concurso.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Abril 26

----- Um – Aprovar o Projecto e Caderno de Encargos e que os Serviços iniciem procedimento por ajuste directo nos termos da alínea a) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro. -----

----- Dois – Que se convide o empreiteiro sugerido pelos Serviços. -----

----- Três – Aprovar esta deliberação em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

----- **6 – CENTRO EDUCATIVO DE MONTEMOR-O-VELHO** -----

----- **(CONSTRUÇÃO)** -----

----- **- RECLAMAÇÃO DO GABINETE PROJECTISTA SOBRE ERROS -** -----

----- **E OMISSÕES** -----

----- Na sequência da deliberação tomada em reunião de Câmara de um de Fevereiro de 2010 e da exposição/reclamação apresentada em oito de Fevereiro do corrente ano, pelo Gabinete Projectista da empreitada em epígrafe, sobre erros e omissões em sede de audiência prévia, foi a mesma objecto de análise e emissão de parecer pelo Gabinete jurídico desta Câmara Municipal (documento anexo à presente acta sob o numero quatro).

----- Usou da palavra o Vereador Emílio Torrão dizendo que o sentido de voto dos Vereadores do Partido Socialista é o de votar favoravelmente, de acordo com os pareceres técnicos dos Serviços. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade revogar o ponto cinco da deliberação tomada em reunião de Câmara de um de Fevereiro do corrente ano, em virtude de se concluir que não existem danos indemnizáveis a esta Câmara Municipal por parte do Gabinete Projectista – Plarq – Estudos de Arquitectura e Urbanismo, Lda. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

----- **2 - DIVISÃO DE SISTEMAS AMBIENTAIS** -----

----- **1 – CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DE ETAR’S – ETAR DE PEREIRA,**

----- **FORMOSELHA/SANTO VARÃO E CARAPINHEIRA/MEÃS** -----

----- **- ADJUDICAÇÃO** -----

----- Na sequência da deliberação tomada em reunião de Câmara de 29 de Março do corrente ano, foram convidados a apresentar proposta para a empreitada em epígrafe os concorrentes Ernesto Alves Pinto & Cª, Lda. e José Marques Grácio, S.A. -----

Apenas apresentou proposta na plataforma electrónica o concorrente José Marques Grácio, S.A, no valor de 20.400,00 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

----- O concorrente Ernesto Alves Pinto & Cª, Lda. enviou um fax a informar que não dispunha de pessoal e equipamento para a execução da obra, pelo que não apresentou proposta. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Abril 26

----- Após análise da única proposta apresentada, verifica-se que a mesma está devidamente instruída e em condições de ser aceite, não se vendo necessidade de solicitar ao concorrente quaisquer esclarecimentos, bem como efectuar audiência prévia. -----

----- Um – Adjudicar a empreitada em epígrafe à firma José Marques Grácio, S.A. pelo montante de 20.400,00 € (vinte mil e quatrocentos euros) acrescido de IVA à taxa legal, pelo prazo de execução de noventa dias e aprovar a minuta do contrato.-----

----- Dois – Que a firma apresente os documentos de habilitação constantes da cláusula 20ª do Caderno de Encargos no prazo de 10 dias, sob pena de caducidade da adjudicação. -----

----- Três - Aprovar esta deliberação em minuta para produzir efeitos imediatos-----

----- **2 – CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DAS REDES** -----

----- **- RUA DO SERRADO PAIXÃO EM PEREIRA: ESTAÇÃO** -----

----- **ELEVATÓRIA E CÂMARA DE RETENÇÃO (CONSTRUÇÃO)"** -----

----- **ABERTURA DE PROCEDIMENTO** -----

----- **- ELEMENTOS PARA APROVAÇÃO** -----

----- Foi presente uma informação dos Serviços a informar que, no ano transacto, já tinha sido executado o prolongamento da rede de saneamento na Rua Serrado Paixão em Pereira, pelo que se torna necessário a construção de uma estação elevatória e câmara de retenção, para ligação das habitações à rede pública. -----

----- Os Serviços informaram ainda que o preço base destes trabalhos é de 28.500,00 € com um prazo de execução de 45 dias, pelo que deverão ser aprovadas as peças do procedimento para abertura de concurso. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte: -----

----- Um – Aprovar o Projecto e Caderno de Encargos e que os Serviços iniciem procedimento por ajuste directo nos termos da alínea a) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro. -----

----- Dois – Que se convidem os empreiteiros sugeridas pelos Serviços.-----

----- Três – Nomear o júri, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 67º do Código dos Contratos Públicos (CCP): -----

----- -Adelino Caridade Miranda, Eng.º – Presidente-----

----- -Carlos Borges, Eng.º Civil -----

----- -Célia Maria Gariso de Oliveira, Dra. -----

----- Em caso de falta e impedimento de algum (s) dos membros acima indicados, serão os mesmos substituídos por: -----

----- Luís Miguel Lopes da Costa, Téc. – Vogal -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Abril 26

----- Paula Cristina Nunes de Aguiar, Eng.^a – Vogal -----

----- Quatro – Delegar no júri do concurso a competência para apreciação e seguimento dos pedidos de esclarecimentos e das listas de erros e omissões apresentadas ao abrigo do disposto no n.º 2 do art. 69º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro. -----

----- Cinco – Aprovar esta deliberação em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

----- **3 – PROLONGAMENTOS E LIGAÇÕES DA REDE DE ESGOTOS** -----

----- **– COLECTOR DE SANEAMENTO EM MEÃS** -----

----- **ABERTURA DE PROCEDIMENTO** -----

----- **– ELEMENTOS PARA APROVAÇÃO** -----

----- A Câmara Municipal pretende levar a efeito um colector de saneamento na Travessa do Bairro Novo, Freguesia de Meãs. -----

----- O preço base destes trabalhos é de 12.000,00 € com um prazo de execução de 30 dias, pelo que deverão ser aprovadas as peças do procedimento para abertura de concurso. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte: -----

----- Um – Aprovar o Projecto e Caderno de Encargos e que os Serviços iniciem procedimento por ajuste directo nos termos da alínea a) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro. -----

----- Dois – Que se convide o empreiteiro sugerido pelos Serviços. -----

----- Três – Aprovar esta deliberação em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

----- **IV. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ACÇÃO SOCIAL E FAMÍLIA** -----

----- **1 – PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO CENTRO** -----

----- **CULTURAL RECREATIVO E DESPORTIVO DE LICEIA** -----

----- A Vereadora do Pelouro propôs a atribuição de um subsídio de 600€ ao Centro Cultural Recreativo e Desportivo de Liceia, destinado a apoio financeiro para um conjunto de actividades a decorrerem no ano de 2010. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada. -----

----- **2 – EDIÇÃO DA OBRA “OS COUTOS DE FORMOSSELHA E SANTO** ---

----- **VARÃO (SÉC. X-XIX)** -----

----- O Vereadora do Pelouro informou que era intenção da Junta de Freguesia de Santo Varão, publicar uma obra sobre a história da sua freguesia, com base num estudo historiográfico realizado pelo Dr. Correia Góis. -----

----- Assim, propôs a aquisição de 100 exemplares da obra “Os Coutos de Formoselha e Santo Varão (séc. X-XIX), pelo valor total de 1 500€ (IVA incluído à taxa legal). -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Abril 26

----- Mais propôs que o preço unitário de cada obra para venda ao público seja de 15€ (14,29€+IVA). -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar as propostas apresentadas. -----

----- 3 – PROPOSTA DE PLANO DE ACÇÃO DA REDE SOCIAL-----

----- E REUNIÃO DE CLAS -----

----- A Vereadora do Pelouro deu conhecimento da Proposta do Plano de Acção 2010 da Rede Social de Montemor-o-Velho (documento anexo à presente acta sob o número cinco). -----

----- Informou que no passado dia 15 de Abril realizou-se a primeira reunião de CLAS. Esta dividiu-se em duas partes: a primeira – sessão temática da rede local de intervenção em situação de violência doméstica, a segunda – proposta de Plano de Acção de 2010. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Plano de Acção 2010 da Rede Social de Montemor-o-Velho. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- 4 – ASSOCIAÇÃO DE DADORES DE SANGUE E APOIO SOCIAL DO

----- BAIXO MONDEGO -----

----- A Vereadora do Pelouro deu conhecimento de que a Associação de Dadores de Sangue e Apoio Social do Baixo Mondego, vai levar a efeito no dia 27 de Junho do corrente ano, um convívio Nacional de Dadores de Sangue. -----

----- Esta iniciativa prevê uma série de actividades, para as quais necessitam de apoio desta autarquia. -----

----- Assim, torna-se necessário o seguinte: -----

----- 1. Cedência do espaço (antigo cemitério) e Igreja de Santa Maria de Alcáçova – Castelo. -----

----- 2. Colocação de palco no Castelo (Sessão solene). -----

----- 3. Colocação de 100 cadeiras no Castelo. -----

----- 4. Cedência do Parque de Merendas (almoço convívio). -----

----- 5. Colocação de 300 cadeiras no Parque de Merendas. -----

----- 6. Colocação de WC´s amovíveis no Parque de Merendas – 272,25€+IVA. -----

----- 7. Material de divulgação (cartazes) – 200,00€. -----

----- 8. Aquisição de Lembranças para oferta – 5,00€x60=300,00€; -----

----- 9. Convite da autarquia a uma Banda Filarmónica e a dois Grupos Folclóricos do Concelho, para desfile e animação respectivamente. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Abril 26

----- 10. Aquisição de uma placa comemorativa do evento a ser colocada no Jardim Municipal de Montemor-o-Velho (50x35cm) com inscrição gravada – 60,00€. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar os encargos com o convívio Nacional de Dadores de Sangue, de acordo com a informação dos Serviços. -----

----- 5 – PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE CARAPINHEIRA-----

----- A Vereadora do Pelouro propôs a atribuição de um subsídio de 1.500,00€, ao Centro Social e Paroquial da Carapinheira, com o fim de ajudar na comparticipação da aquisição de uma carrinha com rampa elevatória para cadeira de rodas, de modo a melhorar a qualidade de vida dos utentes, através da satisfação das necessidades básicas e minimizando o seu isolamento social. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada. -----

----- O ponto seguinte foi introduzido na Ordem do Dia. -----

----- 6 – ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS MUNICIPIOS COM CENTRO HISTÓRICO – ASSEMBLEIA GERAL-----

----- O Presidente da Câmara informou que decorreu no passado dia 26 de Março, em Lamego, a Assembleia-Geral da Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico, com a ordem de trabalhos onde constava a aprovação do relatório de gestão de 2009, aprovação do plano de actividades e orçamento para 2010 e eleições para os órgãos sociais para o quadriénio de 2010-2014. -----

----- Do acto eleitoral resultou a eleição da única lista candidata, onde a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho assegura o cargo de Vogal da Direcção, conforme documento em anexo sob o número seis. -----

----- No plano de actividades para o ano de 2010, constam as actividades regulares da associação (comemoração do Dia Nacional dos Centros Históricos Portugueses, realização de seminários e acções de formação, cooperação com diversas instituições públicas e privadas), sendo de destacar a quinta edição do Prémio Nacional de Arquitectura “Alexandre Herculano”, na categoria de espaços públicos. De lembrar, que a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, juntamente com o seu Gabinete Técnico Local, ganhou este prémio em 2001/2002, com a requalificação da zona urbana de Montemor-o-Velho. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- O ponto seguinte foi introduzido na Ordem do Dia. -----

----- 7 – BOLSAS DE ESTUDO 2010 – RECTIFICAÇÃO-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Abril 26

----- O Vereador do Pelouro informou que tinha havido um lapso na atribuição de uma Bolsa de Estudo, à aluna Marta Raquel Simões Louro, dado que esta é aluna do ensino superior e devia receber 400,00€ e não do ensino profissional com a bolsa de 300,00€, pelo que propunha que a Câmara autorizasse a seguinte rectificação: -----

----- Colocar a aluna nas listas do ensino superior, escalão C e atribuir-lhe uma Bolsa no valor de 400,00€-----

----- Substituir as listas de renovação do ensino superior e do ensino profissional. -----

----- Substituir o mapa estatístico definitivo, com a seguinte rectificação, sete bolsas no valor de 400,00€, no escalão C do ensino superior e seis bolsas no valor de 300,00€ no escalão B do ensino profissional. -----

----- Atribuir o valor de 100,00€ à aluna para a ressarcir do valor da Bolsa já atribuído.-----

----- Esta alteração implica um aumento da despesa total no valor de 100,00€ ficando o total geral em 45.393,75€.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- V. DIVISÃO DE DESPORTO, JUVENTUDE, TEMPOS LIVRES E TURISMO -----

----- 1 – 2.ª VOLTA A PORTUGAL EM BICICLETA MASTERS -----

----- O Presidente da Câmara informou que a Volta a Portugal em bicicleta de Masters é uma iniciativa pioneira no ciclismo Nacional que contará este ano com a sua segunda edição. No ano de 2009, primeira edição do evento, participaram cerca de 200 atletas pertencentes a 24 equipas de ciclismo Nacional e Internacional. Neste primeiro evento, com duração de seis dias, foram percorridos cerca de 500 km tendo o seu início no concelho de Alpiarça e o final na Póvoa do Varzim.-----

----- Face ao sucesso alcançado em 2009, a Fullsport entidade organizadora do evento, vem propor a esta autarquia a realização de um contra-relógio em Montemor-o-Velho no dia 23 de Julho. -----

----- Disse ainda que as contrapartidas face à participação da autarquia neste evento seriam as seguintes: -----

----- - Partida e chegada da 3.ª etapa – contra relógio individual;-----

----- - Entrevista em resumo SportTV sobre a prova;-----

----- - Uma página no livro oficial da prova; -----

----- - Placas de barreiras nas zonas de meta; -----

----- - Inserção de logótipo no pódio diário em todas as etapas; -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Abril 26

----- - Inserção de logótipo em todas as metas volantes das 5 etapas; -----
----- - Inserção de logótipo na meta diária em todos os finais de etapa; -----
----- - Promoção no site oficial www.voltaportugalmaster.com. -----

----- Referiu ainda que face às características do contra-relógio individual em circuito fechado, este proporcionará à população cerca de 2 horas de animação com a possibilidade de ver em prova equipas Nacionais, algumas delas que contam no seu plantel com ex-ciclistas profissionais de renome que irão dar um forte estímulo competitivo à prova e 3 equipas estrangeiras que facultarão um carácter internacional à prova. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o pagamento de 1.250,00€+IVA (mil duzentos e cinquenta euros acrescido de IVA à taxa legal em vigor) à Fullsport – Aluguer e Comércio de Equipamentos para Eventos Desportivos Unipessoal, Lda., a cedência de uma ambulância para acompanhar a prova no dia da mesma e o pagamento do policiamento apeado, de acordo com o projecto que consta como documento anexo à presente acta sob o numero sete. -----

----- 2 – II MEETING DE NATAÇÃO -----

----- O Presidente da Câmara deu conhecimento de que em 2008 as Piscinas Municipais de Montemor-o-Velho reuniram mais de 250 amantes do meio aquático no I Meeting de Natação, no dia 29 de Março. -----

----- Coordenada pelos Serviços de desporto da autarquia, este evento desportivo transformou os tanques num enorme palco de animação e convívio, confirmado pela lotação das bancadas. -----

----- Com idades compreendidas entre os três e os oitenta anos de idade, os participantes das classes de “Bebés”, de “Adaptação ao Meio Aquático” e de “Aprendizagem” realizaram actividades de carácter lúdico, competições de 25 e 50 m nos vários estilos, de acordo com os escalões etários e contribuíram para a realização de quase 5000 metros nadados na iniciativa “Vai e vem pelo coração”. -----

----- Numa das muitas surpresas preparadas pela organização, no final, a mega aula de hidroginástica e hidrodeep – no tanque pequeno e no tanque grande – contou com a actuação do DJ Kapinha. Ao som dos ritmos electrónicos, os 92 participantes de todas as idades transformaram, com a ajuda dos professores, o I Meeting de Natação de Montemor-o-Velho num vibrante festival aquático sincronizado. -----

----- Dado o êxito alcançado na primeira edição do Meeting, propunha que os Serviços de Desporto organizassem o II Meeting de Natação das Piscinas Municipais, a realizar no dia 15 de Maio de 2010, entre as 14 horas e 30 minutos e as 19 horas. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Abril 26

----- No sentido de melhorar os aspectos menos positivos do I Meeting, no tanque pequeno e de acordo com o apoio da empresa CIMAI, vão estar disponíveis 2 insufláveis de diversão aquática e no tanque grande vão funcionar as competições de atletas. Quanto à aula de Hidrodeep, esta vai manter-se nos mesmos moldes de 2008 contando com a preciosa colaboração de um Dj. Para os participantes neste evento será atribuída uma touca para as primeiras 300 inscrições, com o brasão da autarquia, oferecidas pela empresa Golfinho. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a realização do II Meeting de Natação, a realizar no dia 15 de Maio de 2010. -----

----- 3 – III AQUATLO DE MONTEMOR-O-VELHO-----

----- O Presidente da Câmara deu conhecimento de que, na sequência do sucesso alcançado em 2009 com a realização do II Aquatlo de Montemor-o-Velho, a Federação de Triatlo de Portugal vem propor a realização do III Aquatlo, no dia 8 de Maio de 2010. -----

----- Este evento integra o Campeonato Nacional Jovem e o Campeonato Nacional de Clubes de Aquatlo. -----

----- Caberá à Federação de Triatlo de Portugal toda a organização técnica da prova, divulgação e inscrições de atletas e assegurar o ajuizamento da prova. A Federação de Triatlo de Portugal fornecerá um saco-brinde, com uma t-shirt alusiva ao evento e um lanche volante. -----

----- Assim, propôs que a autarquia disponibilizasse os seguintes meios/infra-estruturas:-----

----- - Pedido de autorizações para utilização do espaço e regularização do plano de água para a realização da prova, ao INAG. -----

----- - Colocação da plataforma de margem a margem do plano de água. Esta deve possuir uma zona mais avançada do lado esquerdo de quem está voltado para o lado da prova. -----

----- - Verificar a limpeza do plano de água, de modo que nos 200 metros a partir da plataforma, haja a profundidade mínima de um metro sem obstáculos que possam impedir ou magoar os atletas em toda a largura do mesmo. -----

----- - Efectuar uma análise da qualidade da água. -----

----- - Prever uma zona de estacionamento de viaturas do lado jusante da prova para os atletas e espectadores, devidamente sinalizada. -----

----- - Disponibilizar WC's masculinos e femininos para os atletas junto do local da prova. (Posto Náutico CIM). -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Abril 26

----- - Disponibilizar um local para os banhos dos atletas. Este local tem que ser definido desde já para ser incluído no regulamento da prova. (Posto Náutico CIM). -----

----- - Indicar o local onde o barco da FTP pode entrar no plano de água. Só no dia da prova. -----

----- - Disponibilizar meios sonoros (aparelhagem) para prova e entrega de prémios (O speaker é da FTP).-----

----- - Disponibilizar um local para o secretariado da prova. Deve ser junto do local da prova. (Posto Náutico CIM).-----

----- - Disponibilizar um local para a sala de árbitros. Deve ser junto do local da prova. -----

----- - Disponibilizar 120 baías que serão colocadas com as indicações técnicas da FTP. ----

----- - Disponibilizar 10 voluntários para montagem das infra-estruturas e apoio à prova. ----

----- - Disponibilizar um objecto para ponto de retorno (ponto de publicidade). -----

----- - Disponibilizar os seguintes meios de segurança/socorro: 2 ambulâncias para apoio à prova, bombeiros para socorro na água, nadadores salvadores. -----

----- - Disponibilizar 1000 garrafas de água para fornecer aos atletas. -----

----- - Disponibilizar mesas para colocar as águas e lembranças a fornecer aos atletas. ----

----- Propôs ainda a atribuição de um subsídio no valor de 3.000.00€ à Federação de Triatlo de Portugal. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a realização do III Aquatlo no dia 8 de Maio de 2010, de acordo com o atrás exposto. -----

----- Mais deliberou por unanimidade atribuir um subsídio no valor de 3.000.00€ à Federação de Triatlo de Portugal. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **4 – APOIO AO ASSOCIATIVISMO DESPORTIVO** -----

----- **– CLUBE DESPORTIVO CARAPINHEIRENSE**-----

----- **– ESCOLA ABC FUTEBOL TÓ LUÍS**-----

----- O Presidente da Câmara propôs a atribuição de um subsídio no valor de 3.177,00€ ao Clube desportivo Carapinheirense – Escola ABC Futebol Tó Luís, referente à época 2009/2010, de acordo com o documento anexo à presente acta sob o número oito. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara.-----

----- **5 – APOIO AO ASSOCIATIVISMO DESPORTIVO** -----

----- **– CENTRO CULTURAL RECREATIVO E DESPORTIVO DO** -----

----- **MOINHO DA MATA** -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Abril 26

----- O Presidente da Câmara propôs a atribuição de um subsídio no valor de 412,50€ ao Centro Cultural Recreativo e Desportivo do Moinho da Mata, referente à actividade de fitness, para a época desportiva 2009/2010, de acordo com o documento anexo à presente acta sob o número nove. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

-----VI – DIVISÃO DE APOIO ESPECIALIZADO-----

----- 1 – PLANO DE GESTÃO E RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRACÇÕES CONEXAS-----

----- Foi presente uma informação dos Serviços que a seguir se transcreve: -----

----- “Como é do conhecimento de V. Ex.^a em reunião do executivo municipal de 17 de Dezembro de 2009 foi aprovado por unanimidade o “Plano de Gestão e Riscos de Corrupção e Infracções Conexas”, adiante designado pelas palavras Plano, elaborado de acordo com a Recomendação n.º1/2009 do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), esclarecendo-se que se trata de um instrumento de gestão fundamental que permitirá aferir a eventual responsabilidade que ocorra na gestão de recursos públicos.-----

----- O acima referido Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC) foi criado em cumprimento do estipulado na Lei n.º 54/2008, de 4 de Setembro, tratando-se de uma entidade administrativa independente, que funciona junto do Tribunal de Contas e desenvolve uma actividade de âmbito nacional no domínio da prevenção da corrupção e infracções conexas, sendo seu dever apresentar à Assembleia da República e ao Governo relatórios em que deverá tipificar as ocorrências e/ou as ocorrências de risco (cfr. artigo 7.º da Lei n.º 54/2008, de 04/09). -----

----- Para as entidades públicas e neste caso específico os Municípios, existe o dever de colaborar com o CPC facultando oralmente ou por escrito, as informações que lhe forem solicitadas, no domínio das suas atribuições e competências (cfr.n.º1 do artigo 9.º da Lei n.º 54/2008, de 04/09), devendo também remeter “... cópias de todas as participações ou denúncias, decisões de arquivamento, de acusação, de pronúncia ou de não pronúncia, sentenças absolutórias ou condenatórias respeitante aos factos enunciados na alínea a) do n.º1 do artigo 2.º” da mencionada Lei.-----

----- Depois de compulsada a legislação e pesquisas efectuadas relacionadas com esta matéria foi possível averiguar que a Câmara Municipal deverá elaborar anualmente um relatório sobre a execução do Plano, que deverá ser remetido ao CPC, bem como aos órgãos de superintendência, tutela e controlo (cfr. alínea d) do ponto 1.1 da

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Abril 26

Recomendação do CPC, de 1 de Julho de 2009), podendo ser também enviado ao Tribunal de Contas e DGAL. -----

----- Para cumprimento do atrás referido e à semelhança do que foi entendido por outros municípios do país poderá o Município de Montemor-o-Velho criar uma Comissão de Controlo e Monitorização do Plano de Gestão e Riscos de Corrupção e Infracções Conexas ou um Gabinete de Auditoria e Controlo Interno para coordenação das actividades de implementação do plano, que poderá ser nomeada pela Câmara Municipal sob proposta do Presidente da Câmara, podendo contudo, ser contactada uma entidade externa. -----

----- Assim, a referida Comissão de Controlo e Monitorização ou Serviço de Auditoria deverá elaborar um relatório síntese anual (em data a definir) sobre a execução do plano com base nos relatórios anuais dos responsáveis por cada uma das Unidades Orgânicas da autarquia na sua área específica, com o objectivo de proceder a um rigoroso controlo de validação, no sentido de verificar a conformidade factual entre as normas incluídas no Plano e a sua aplicação. O referido relatório deve identificar as áreas de risco, em especial as que podem envolver fraude e corrupção, devendo ser propostas recomendações ou procedimentos que evitem as lacunas referenciadas ou que reforcem os mecanismos de combate à fraude e/ou corrupção. -----

----- Em conclusão, a implementação do Plano tem como objectivo principal promover uma maior transparência no funcionamento dos Serviços, através nomeadamente de uma orgânica adaptada às novas realidades, mas também de medidas comportamentais. -----

----- Face ao exposto, fica à consideração superior a tomada das seguintes decisões: -----

----- 1) Divulgação do "Plano de Gestão e Riscos de Corrupção e Infracções Conexas" através de e-mail junto de todos os colaboradores com o objectivo de recolher sugestões junto dos Serviços; -----

----- 2) Disponibilização do Plano na página da Internet do Município, criando-se desde já uma área sobre a matéria da prevenção da corrupção e riscos conexos, onde deverá constar o Plano, a principal legislação sobre o tema, acções previstas e efectuadas, relatórios produzidos, algumas questões sobre o tema, e eventualmente um endereço para esclarecimento de dúvidas; -----

----- 3) Criação de uma Comissão de Controlo e Monitorização do Plano de Gestão e Riscos de Corrupção e Infracções Conexas ou um Gabinete de Auditoria e Controlo Interno, nos termos expostos, dado que é importante efectuar uma monitorização constante das fragilidades do sistema. A referida Comissão poderá ser constituída por elementos internos do Município ou confiada a uma entidade externa; -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Abril 26

----- 4) Realização de acções de formação sobre o Plano, que terão como principal objecto os princípios gerais que regem a actividade administrativa. -----

----- Na eventualidade de virem ainda a ser aceites por V. Ex.^a sugere-se a tomada das seguintes medidas adicionais: -----

----- 1) Apresentação de propostas por parte dos responsáveis das unidades orgânica, no sentido de promover a rotatividade de funções de trabalhadores e colaboradores, nomeadamente em júris de concursos e na fiscalização, tendo em conta os poucos recursos humanos existentes em alguns Serviços; -----

----- 2) Elaboração de estudos relativamente ao impedimento de trabalhadores no exercício de actividades externas que possam interferir com o desempenho das suas funções no município ou criar situações de conflito de interesses; -----

----- 3) Elaboração de Regulamento de Atribuição de Subsídios/Concessão de Benefícios – estabelecendo regras claras, objectivas, imparciais e transparentes na atribuição de subsídios e benefícios, definindo procedimentos a adoptar em situações de incumprimento por parte da entidade beneficiária e estabelecendo a obrigatoriedade de elaboração de documento escrito, seja através de contrato ou protocolo; -----

----- 4) Elaboração de base de dados de atribuição de subsídios/benefícios – para gestão e controlo dos mesmos; -----

----- 5) Elaboração de Regulamento do Fundo de Maneio – que estabeleça o modo da sua constituição, os limites máximos, o tipo e natureza das despesas que podem ser pagas pelo fundo, o modo de reconstituição e sua periodicidade, a sua regularização e reposição; -----

----- 6) Elaboração de Regulamento de Utilização de Viaturas e Máquinas Municipais; -----

----- 7) Outros regulamentos que venham a apurar-se adequados ao objectivo subjacente ao Plano de Gestão e Riscos de Corrupção e Infracções Conexas. -----

----- Usou da palavra o Vereador Emilio Torrão dizendo que os Vereadores do Partido Socialista concordam com estas medidas iniciais, mas gostariam de sugerir o seguinte: trata-se de uma forma rápida e expedita, uma vez que a medida que sugerem é fácil de implementar. Uma das grandes virtudes deste plano será a Câmara Municipal oferecer em transparência a informação aos munícipes e a todos os interessados. Parece-lhes que um dos sectores mais sensíveis se encontra precisamente na contratação e, portanto, propõem que sejam identificados todos os prestadores de serviços que colaboram e fazem serviços e/ou empreitadas na autarquia, o que deve ser divulgado no site da Câmara Municipal. -----

----- Nesta divulgação prevista no ponto 2 deverá ser criado um espaço na página da Câmara Municipal e que poderá ser implementado de imediato, uma vez que são

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Abril 26

informações que estão digitalizadas e que apenas carecem de ser encaminhadas para essa página. Em relação aos casos de empreitadas, as pessoas que acedem ao site devem poder ter a informação das entidades que foram convidadas, a quem foi adjudicado e o valor do procedimento.-----

----- Esta é uma medida muito fácil de implementar e que demonstra inequivocamente a transparência do município em relação a este tipo de contratação. -----

----- O mesmo poderá ser também aplicado em relação à atribuição de subsídios e benefícios.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar as medidas propostas. -----

----- Mais deliberou adiar a decisão sobre a constituição da Comissão de Controlo e Monitorização ou Gabinete de Auditoria e Controlo Interno, para uma das próximas reuniões. -----

----- **2 – APOIO A ENTIDADES CRIADAS PELOS FUNCIONÁRIOS DOS ---** ----- **MUNICÍPIOS DESTINADOS À PROTECÇÃO SOCIAL -----** ----- **E PRESTAÇÃO DE CUIDADOS DE SAÚDE -----**

----- Foi presente uma informação dos Serviços, que a seguir se transcreve:-----

----- "Relativamente ao assunto supra mencionado, cumpre informar que: -----

----- A Lei n.º 169/99, de 18 de Dezembro atribui na alínea p) do número 1 do artigo 64.º, a competência às Câmaras Municipais para, no âmbito da organização e funcionamento dos seus serviços e no da gestão corrente *"deliberar sobre a atribuição de subsídios a instituições legalmente existentes, criadas ou participadas pelo município ou criadas pelos seus funcionários, visando a concessão de benefícios sociais aos mesmos e respectivos familiares."*-----

----- Com a entrada em vigor da Lei n.º 53-A/2006, de 29 de Dezembro, a qual aprovou o Orçamento do Estado para 2007, determinou no seu artigo 156.º, que "Cessam, com efeitos a 1 de Janeiro de 2007, quaisquer financiamentos públicos de sistemas particulares de protecção social ou de cuidados de saúde." -----

----- Logo após a publicação do diploma, a tomada de conhecimento deste preceito motivou uma natural perplexidade junto dos municípios, muito se devendo esta ao facto de grande parte das autarquias subsidiar as associações constituídas pelos seus funcionários. ----

Diga-se, antes de mais, que esta realidade tem sido fomentada por via legislativa, como uma possibilidade. Observe-se, em conformidade com o disposto nas alíneas o) e p), do número 1 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que a câmara municipal tem competência para: -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Abril 26

" (...) -- -----
----- o) *Deliberar sobre a concessão de apoio financeiro, ou outro, a instituições legalmente constituídas pelos funcionários do município, tendo por objecto o desenvolvimento de actividades culturais, recreativas e desportivas;* -----
----- p) *Deliberar sobre a atribuição de subsídios a instituições legalmente existentes, criadas ou participadas pelo município ou criadas pelos seus funcionários, visando a concessão de benefícios sociais aos mesmos e respectivos familiares;* -----
----- (...) " -----

----- Ora no segundo dos transcritos dispositivos prevê-se efectivamente a eventualidade de as câmaras municipais atribuírem subsídios a instituições do tipo a que pertencem os Serviços Sociais do Município de Montemor-o-Velho. -----

----- Com vista à compreensão da norma da Lei do Orçamento do Estado para 2007, foi aprovada em Reunião de Coordenação Jurídica, realizada na DGAL a 19 de Abril de 2007, uma solução interpretativa uniforme, com o seguinte teor: -----

----- "O artigo 156.º da Lei n.º 53-A/2006, de 29 de Dezembro (Orçamento de Estado para 2007), não se aplica à administração local, mantendo-se plenamente em vigor a alínea p) do n.º 1 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, a qual determina competir à câmara municipal, no âmbito da organização e funcionamento dos seus serviços e no da gestão corrente, deliberar sobre a atribuição de subsídios a instituições legalmente existentes, criadas ou participadas pelo município ou criadas pelos seus funcionários, visando a concessão de benefícios sociais aos mesmos e respectivos familiares." -----

----- Esta solução interpretativa foi homologada por despacho de Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local a 5 de Dezembro de 2007, e encontra-se em conformidade com a doutrina defendida por despacho de 8 de Março de 2007, de Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento. -----

----- Importa reconhecer que o propósito fundamental parece ser o de evitar duplicação de financiamentos (provindos do orçamento estadual) que pudessem ser canalizados para as mesmas finalidades – protecção social e cuidados de saúde – mas por intermédio de sistemas diferentes (públicos e privados), de modo a não permitir a cumulação de prestações de idêntica natureza por parte de um mesmo beneficiário. Nesta óptica, não parece haver dúvidas de que a determinação daquele preceito se aplica à chamada administração central. -----

----- Assim, ao indagarmos sobre a aplicabilidade ou não do referido artigo às autarquias locais, afiguram-se-nos ser duas as perspectivas de abordagem possíveis, as quais, foram

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Abril 26

inclusive tidas no parecer do Professor Dr. Marcelo Rebelo de Sousa acerca do assunto, datado de 5 de Dezembro de 2009, que passamos a transcrever: -----

----- *"Na verdade, a norma do citado artigo 156.º é, patentemente, uma norma geral ou lei geral, ao dispor sobre "quaisquer financiamentos públicos de sistemas particulares de protecção social ou de cuidados de saúde". Isto é, cobre todos os aludidos sistemas, sejam quem forem os instituidores ou beneficiários.*-----

----- *Já a norma da citada alínea p) do número 1 do artigo 64.º é, manifestamente, uma norma especial ou lei especial ao reportar-se apenas a financiamentos públicos municipais, a instituições criadas ou participadas pelos municípios ou criadas pelos seus funcionários, visando a concessão de benefícios sociais aos mesmos e respectivos familiares. Isto é, cobre somente os sistemas cujos instituidores e beneficiários sejam, respectivamente, funcionários municipais, e estes ou seus familiares."*-----

----- Ora, e mais uma vez concordando efectivamente como que foi dito pelo citado professor, teremos de nos reportar ao Código Civil, mais concretamente ao n.º 3 do artigo 7.º, que vale como matriz para a revogação das leis no Direito Português, "Lei geral não revoga lei especial, excepto se outra for a intenção inequívoca do legislador", o que no caso em apreço nos parece que a ratio legis do artigo 156.º da Lei n.º 53-A/2006, de 29 de Dezembro não terá sido a de revogar a competência das Câmaras Municipais constante da alínea p) do número 1 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

----- Sob este prisma são bem maiores as reservas que podem ser opostas à aceitação da ideia de que o referido dispositivo se aplica aos municípios. Desde logo pelo facto de a Lei n.º 169/99, permitir a atribuição desse tipo de subsídios, mas também devido à autonomia administrativa e financeira reconhecida às autarquias locais nos termos do artigo 6.º, do número 1 do artigo 238.º e da alínea n) do artigo 288.ª da Constituição da República Portuguesa. -----

----- Junte-se a estas evidências um outro elemento interpretativo, este de ordem sistemática, o de o artigo em causa surgir no articulado da lei, em sede de disposições finais, não havendo na letra dessas disposições indicativo algum que relacione aquela estatuição com a actividade própria das autarquias locais. -----

----- Pelo que, atendendo à conjugação destes factores, e atendendo aos pareceres e despachos já referenciados, parece poder afirmar-se com suficiente segurança que o preceituado no artigo 156.º da Lei do Orçamento de Estado para 2007 não é dirigido às autarquias locais e, em consequência, não restringe a atribuição, por parte dos municípios,

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Abril 26

dos subsídios a que se refere a alínea p) do número 1 do artigo 64.º Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

----- Contudo, importa esclarecer que, até que o Governo esclareça a questão suscitada pelo Tribunal de Contas, relativamente à aplicabilidade do artigo 156.º da Lei do Orçamento de Estado para 2007 às autarquias locais, e da regulamentação dos subsídios transferidos das Câmaras Municipais para os Serviços Sociais, algumas são as Câmaras que estão a proceder ao congelamento de transferência dessas mesmas verbas. -----

----- Atendendo à conjugação de todos os factores já explanados na presente informação, parece que, deverá o executivo municipal pronunciar-se sobre o procedimento a adoptar para o caso em apreço” -----

----- Usou da palavra o Presidente da Câmara dizendo que se trata de uma situação muito delicada e que aguarda a saída de alguma legislação. Esta situação afecta todas as autarquias que têm Serviços Sociais, integrados nos apoios destas. -----

----- Na Câmara de Montemor-o-Velho tem sido prática, ao longo de décadas, conceder alguns dos apoios aos Serviços Sociais, destinados à área da saúde. E é esta logo a primeira grande dúvida. -----

----- O problema hoje está a ser levantado pelo Tribunal de Contas em relação aos apoios que são atribuídos. -----

----- Já teve oportunidade de falar com o Presidente dos Serviços Sociais tendo-lhe transmitido que considera este procedimento o mais adequado. Sabe que durante dois meses haverá capacidade de gestão por parte dos Serviços Sociais. -----

----- Caso haja alguma alteração extraordinária esta será de imediato comunicada ao executivo municipal. -----

----- Usou da palavra o Vereador Emílio Torrão dizendo que tinha duas ou três questões prévias. -----

----- Em primeiro lugar gostaria de saber se foi tomada alguma posição sobre este assunto desde 2006/2007. -----

----- Em segundo lugar gostaria de saber qual é sentido da deliberação, aquilo que se pretende com este ponto da ordem de trabalhos. -----

----- Em terceiro lugar, e em relação ao parecer dado, no seu entendimento, a Dr.^a Susana Grou não devia constar como interveniente neste processo, para sua protecção, pois deve ser sócia de tal instituição em causa. O parecer não é necessário pois expõe-se a funcionária desnecessariamente. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Abril 26

----- Em relação a este ponto da ordem de trabalhos não estavam ali como profissionais técnicos com formação jurídica, estavam ali como Vereadores, mas não podiam deixar de “vestir” as suas capacidades técnicas do ponto de vista especializadas nesta área.-----

----- Ao ler o documento perceberam que apenas iriam tomar conhecimento. Assim, a posição do Partido Socialista é a seguinte: do ponto de vista legal, subscrevem por inteiro aquilo que foi dito pela Directora de Departamento Administrativo e Financeiro, posição assumida no parecer da DGAL e no parecer que foi dado para a questão concreta da Câmara Municipal de Lisboa, embora a questão da Câmara Municipal de Lisboa seja uma questão mais complexa e diferente da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho. A Caixa de Lisboa tem uma origem diferente.-----

----- Do ponto de vista legal, consideram que o art. 156º da Lei n.º 53-A/2006, de 29 de Dezembro, não se aplica às Autarquias Locais, por variadíssimas razões, mas principalmente por uma básica, uma vez que viola o princípio constitucional da autonomia das Autarquias Locais, em segundo lugar, atendendo ao princípio da especialidade na sucessão das leis, também não há intenção clara, expressa e inequívoca de revogar a alínea p) do n.º 1 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, porquanto, nada está estipulado nesse sentido, inclusivamente, a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) nem sequer foi ouvida. Se fosse intenção do Governo intervir nesta matéria, teria ouvido necessariamente esta associação.-----

----- Basicamente, esta é a posição do PS do ponto de vista legal. Do ponto de vista político, é evidente que a questão é mais complexa. Não estão em total desacordo com a posição assumida pelo Governo no orçamento porque temos que encarar com seriedade e responsabilidade a realidade económica do País, com frontalidade a despesa pública do estado, tem que diminuir necessariamente, uma vez que se avizinham situações complexas para estes sistemas paralelos de financiamento a sistemas sociais.-----

----- Avizinha-se como prometida, uma alteração no financiamento público destes sistemas paralelos de apoio social, poderá não ser de imediato mas num futuro próximo, esta situação terá que ser resolvida. Aliás, atrás não referiu, mas do ponto de vista jurídico, existe autorização legislativa para o Governo legislar sobre esta matéria em concreto. Isto também denuncia que não foi intenção do legislador, legislar sobre as autarquias locais quando formulou o art.º 156.º, aliás também há vários pareceres de várias Secretarias de Estado, nomeadamente, da Administração Interna, no sentido deste artigo do orçamento não se aplicar às Autarquias Locais. Como referi, já existe uma posição clara e precisa do Governo para legislar sobre este assunto.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Abril 26

----- Do ponto de vista político, entendem que os funcionários são o melhor activo das autarquias e enquanto esta situação não estiver definida e esclarecida não se devem suspender estas prestações sociais, ou seja, o financiamento aos Serviços Sociais dos Trabalhadores da Câmara Municipal. -----

----- Pretendia também dizer que, do ponto de vista da justiça, se decidissem suspender estas contribuições, haveria uma diferenciação em prejuízo dos trabalhadores da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho. Poucas são as Câmaras Municipais que decidiram suspender estas transferências, pelo que não podem tratar diferenciadamente os trabalhadores da nossa Câmara Municipal. -----

----- Por outro lado, também pretendia deixar bem exposto que não são contra a ideia do que está subjacente ao art.º 156.º, porque o PS tem uma intenção clara sobre o assunto que é a diminuição drástica e racional da despesa pública. -----

----- Nessa perspectiva, recomendamos aos Serviços Sociais da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho dois ou três aspectos a ter em atenção: -----

----- Em primeiro lugar, considera que deve ser reformulada a designação social da sua Instituição. -----

----- Em segundo lugar o auto financiamento deve ser reformulado e garantido, ou seja, o peso da contribuição da autarquia no orçamento desta instituição deve ser o menor possível. E nessa perspectiva, existem em concreto nos Serviços Sociais, algumas iniciativas que têm vindo a diminuir a comparticipação do financiamento da autarquia e é por aí o caminho. -----

----- Finalmente, há que reformular e rever a questão da comparticipação das despesas de saúde aos trabalhadores, porque no futuro, nesse caso em concreto, vai ficar definitivamente comprometido qualquer financiamento público para esses fins. -----

----- Portanto, a partir do momento em que esta situação seja instituída, provavelmente se não for atempadamente previsto pelos dirigentes daquela entidade, poderá estar definitivamente comprometido futuro desta instituição. -----

----- Estas são as recomendações do PS e a nossa posição sobre este concreto ponto da ordem de trabalhos é a de que não se devem suspender as transferências, enquanto o Governo não definir e esclarecer a problemática e interpretação a dar ao art. 156º da Lei anteriormente mencionada, ou vier a publicar legislação especificamente aplicável a esta situação. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Abril 26

----- Foi aberto o período de intervenção do público, nos termos do número cinco do artigo 84º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção da Lei número 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

----- Verificou-se a inexistência de público. -----

----- ENCERRAMENTO -----

----- Terminada a Ordem de Trabalhos, pelas treze horas e trinta minutos, foi pelo Presidente da Câmara encerrada a reunião, da qual para constar se elaborou a presente acta, sob a responsabilidade da Directora de Departamento, que vai ser assinada nos termos da Lei, na reunião seguinte. -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA,

Luís Manuel Barbosa Marques Leal, Dr.

A DIRECTORA DE DEPARTAMENTO,

Filomena Maria Colaço Martins, Dr.ª